



Fontes de Recursos do BNDES*

MARTA PROCHNIK**

RESUMO Este artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, resume-se a história da captação de recursos do BNDES em quatro etapas, destacadas de acordo com a fonte de recursos predominante. Na segunda seção, são definidas as principais rubricas que compuseram as tabelas, identificando-se a legislação básica que deu origem ao recurso ou que definiu sua vinculação ao Banco. A essas duas seções segue-se a apresentação das tabelas com os valores dos recursos mobilizados pelo BNDES segundo as principais fontes. A mesma série é apresentada em valores correntes, em dólares e em percentuais de participação de cada rubrica em relação ao valor total captado anualmente. As tabelas são o núcleo deste artigo, nas quais os valores publicados ao longo da história do BNDES são analisados e reagrupados, perseguindo um critério homogêneo. Por fim, apresenta-se a ementa de cada instrumento legal citado, complemento também de utilidade para auxiliar outras pesquisas sobre o tema.

ABSTRACT This review has four distinct sections. The first summarizes the fund-raising history of the BNDES in four separate stages broken down according to the primary source of resources. The second part defines the key items included in the tables, identifies the legislation which gave rise to each appropriation or that established a link between each and the Bank. These two introductory sections are followed by tables showing the magnitude of resources handled by the BNDES broken down by source. The same series is presented in current values, in dollars, and in percentage share of each item vis-à-vis the total amount of resources secured annually. The tables are the core of this survey where the statistics disclosed by the BNDES along its existence are analyzed and regrouped according to standardizing criteria. Finally, the paper presents a brief description of each legal instrument quoted which readers may find useful as an aid for research on the subject.

* Este trabalho contou com a colaboração de Edmond Rubim Araújo, Karina Azevedo Motta, Marcos Wanderlei Pereira e Teresa Cosentino.

** Economista do Departamento de Captação de Recursos do BNDES.

1. Evolução da Captação de Recursos

Ao longo da história do BNDES observa-se a preponderância de recursos originários de poupança fiscal de natureza compulsória. Dependendo da fonte predominante, é possível identificar quatro etapas distintas no período 1952/93.

A primeira etapa, entre 1952 e 1966, caracteriza-se pela presença de recursos arrecadados na forma de adicionais ao imposto de renda; na segunda etapa, entre 1967 e 1973, verifica-se a importância das dotações orçamentárias e dos recursos oriundos das reservas monetárias, quando, portanto, o então BNDE integra os orçamentos fiscal e monetário; na terceira, entre 1974 e 1988 são destinados ao Banco recursos das contribuições sociais ao PIS e ao Pasep, sendo que, após 1988, apesar de a maioria dos recursos continuar proveniente dessas mesmas contribuições, a vinculação constitucional do BNDES ao Programa do Seguro-Desemprego e, através de lei, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) define um novo quadro institucional, configurando uma quarta etapa atualmente em vigor.

A **primeira etapa** inicia-se com a criação do BNDE, em 1952, quando o “adicional restituível sobre o imposto de renda” foi adotado como principal fonte de recursos. O adicional, instituído em 1951, deveria constituir um fundo especial para financiar o crescimento econômico, a ser denominado Fundo de Reparelhamento Econômico (FRE), que deveria compor a contrapartida, em cruzeiros, dos recursos externos destinados à importação de equipamentos, conforme entendimentos entre os governos brasileiro e norte-americano através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O esquema concebido para a canalização de recursos para o crescimento econômico mostra que havia preocupação com a modernização dos mecanismos de concessão de crédito público. Pretendia-se que os tomadores dos financiamentos utilizassem métodos modernos na avaliação da viabilidade dos projetos. O habitual, à época, era a concessão de recursos a fundo perdido para a realização de obras com pouca, ou mesmo nenhuma, análise de viabilidade econômica. A eficiência da inversão deveria ser comprovada, dado o compromisso de restituição dos recursos aos contribuintes. Complementarmente, a promessa de restituição permitia que o tributo tomasse a forma de um adicional ao imposto de renda, pretendendo-se excluir o FRE das inconveniências de pertencer ao orçamento fiscal. O fato de não estar incluído no orçamento fiscal não impediu, no entanto, atrasos nas transferências em diversos anos, o que explica algumas variações no fluxo de

entrada de recursos. No relatório anual de 1955 lê-se: "A transferência pelo Tesouro Nacional dos recursos destinados ao Banco não tem sido realizada em correspondência com o ritmo de arrecadação dos adicionais ao imposto de renda... conclui-se que os recolhimentos feitos pelo Tesouro Nacional ao Banco, no quadriênio, ascendem a Cr\$ 3.342 milhões, ou seja, apenas 40% dos Cr\$ 8.310 milhões arrecadados no período 1952-1955 e que se destinariam à entidade."

No livro *A Lanterna na popa*, Roberto Campos descreve a fundação e os primeiros anos de existência do Banco. No Capítulo VI, "A instrumentação do desenvolvimento", são mencionadas controvérsias quanto à definição da origem dos recursos que seriam destinados ao BNDE, se deveriam advir de impostos ou de empréstimos compulsórios: "Falava-se em empréstimos compulsórios por não existir àquela ocasião um mercado de títulos voluntários do governo, pois que a inflação já existente tornava pouco atraentes as Obrigações do Tesouro, a juros fixos de 6%, ou seja, a metade da inflação corrente."

Assim, o "adicional sobre o imposto de renda" foi a mais importante fonte de recursos do BNDE durante 12 anos, até ser extinto em novembro de 1964 e substituído, no biênio 1965/66, por um mecanismo automático de crédito, à ordem do BNDE, de 20% da arrecadação efetiva do imposto de renda, transitando, portanto, no orçamento fiscal. E, exclusivamente no exercício de 1967, o BNDE contou com uma receita equivalente a 10% do imposto de renda devido no exercício, retornando aos contribuintes ações de sociedades anônimas de sua propriedade, como determinava o Decreto-Lei 62/66.

O ingresso de recursos vinculados a setores específicos também deve ser destacado nesta primeira etapa. De modo geral, a vinculação se dava nas duas pontas, isto é, na receita e na destinação. O Fundo Nacional de Eletrificação, por exemplo, cujo recolhimento começou em 1955, era formado basicamente de recursos da arrecadação de taxa sobre o consumo de energia elétrica. Parcela equivalente a 60% da arrecadação destinava-se aos estados, municípios e Distrito Federal, enquanto os restantes 40% permaneceriam depositados no BNDES até ser aprovada a criação de *holding* das empresas públicas federais à qual seriam transferidas todas as operações do Banco no setor. Sintetiza Roberto Campos: "Como a Eletrobrás só veio a ser instalada anos depois, em junho de 1962, no Governo Goulart, os recursos do Fundo Federal de Eletrificação ficaram bastante tempo disponíveis para utilização pelo BNDE."

Durante toda a etapa em questão (1952/66), os recursos dos diversos fundos depositados no Banco não integram os quadros das fontes de recursos

captados pelo BNDES. No número 1 da *Revista do BNDES*, editada em 1964, definem-se os recursos administrados pelo Banco do seguinte modo:

- “a) recursos próprios, constituídos pelo capital e reservas;
- b) recursos livremente administrados pela entidade, de acordo com critérios próprios, mas que, tendo sua devolução prevista em lei, não se incorporam ao seu patrimônio. Esta categoria compreende as seguintes fontes: Fundo do Reaparelhamento Econômico e Fundo Nacional de Investimentos;
- c) recursos especiais;
- d) recursos vinculados, recursos financeiros relacionados a diversos Fundos são depositados no Banco em caráter transitório, tendo destinação especial e identificada. O BNDE, neste caso, age como simples depositário desses recursos, não lhe cabendo ingerência ou responsabilidade na sua utilização”.

Como exemplos, são citados o Fundo Federal de Eletrificação, o Fundo da Marinha Mercante (FMM), o Fundo Portuário Nacional e o Fundo de Melhoramento de Ferrovias. A ingerência do BNDES na aplicação desses fundos variou muito; no que diz respeito ao setor elétrico, por exemplo, houve forte influência da instituição. Além de participar da definição das aplicações e gerir os recursos vinculados do próprio Fundo Federal de Eletrificação, o BNDES destinou ao setor 45% dos créditos concedidos entre 1952 e 1962.

De qualquer modo, os recursos destinados aos fundos criados nos anos 50 sempre foram considerados complementares aos que se destinariam a investimentos livremente selecionados. Ao longo dos anos que se seguiram, outros recursos foram registrados como “recursos vinculados”; mudaram, porém, as características das vinculações. Os “recursos vinculados” mais recentes são vinculados apenas no destino, à exceção do FMM, e o BNDES conquistou autonomia quanto à análise para concessão de crédito, como se verá adiante.

A **segunda etapa** engloba o período 1967/73, quando os recursos do Banco passam a constar do orçamento fiscal e também do orçamento monetário, já que perceberia parte da reserva monetária, formada com o produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei 5.143, de 20.10.66. Este período caracterizou-se pela instabilidade quanto à obtenção de recursos para o financiamento do desenvolvimento econômico, o que foi parcialmente compensado pelo grande ingresso de recursos vinculados a programas ou projetos específicos, ainda que de forma diferente da

vinculação que se praticava na década de 50. Entre estes destaca-se a destinação de recursos para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, através da FINAME, instituída originalmente na forma de um fundo. Quando criada, em 1964, à semelhança dos *export-import banks*, a FINAME recebia recursos exclusivos depositados no BNDES, diferentemente de hoje, quando o Banco repassa parte de sua captação àquela Agência. Assim, até 1971, a FINAME aparece como fonte de recursos para o Banco, dentro do item "recursos vinculados".

Nos dois últimos anos dessa etapa – 1972 e 1973 –, o orçamento do BNDES registrou queda em valores reais e mesmo nominais. A maior parcela dos novos recursos que ingressaram naqueles anos adveio, principalmente, da reserva monetária, de dotações orçamentárias e de captação externa.

A partir de 1974 configura-se uma **terceira etapa**, quando coube ao BNDES a administração dos recursos oriundos da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), ambos criados em 1970. Com isso, a entrada de recursos volta a estabilizar-se e o BNDES torna-se apto a atender às crescentes demandas por financiamento verificadas na década de 70. Mais uma vez, a principal fonte de recursos do BNDES é desvinculada do orçamento fiscal. Se o adicional ao imposto de renda, por seu caráter de complementaridade, era de natureza também complementar ao orçamento fiscal, desta vez a origem "contribuições sociais" desvincula ainda mais fortemente os recursos do Banco das disputas correntes pelos recursos da arrecadação de impostos federais. A garantia de entrada de recursos é crucial ao financiamento de longo prazo, já que há, inclusive, o compromisso contratual de desembolso futuro de parcelas aos empreendedores dos projetos.

No período 1974/88, os recursos do PIS e do Pasep eram recolhidos, respectivamente, à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil e, descontados os valores pagos aos trabalhadores sob a forma de rendimentos, abonos e cotas, repassados ao BNDES. A partir de 1976, ambas as arrecadações passam a formar o Fundo de Participação PIS-Pasep, cujo aplicador é o BNDES.

A Constituição de 1988 define uma **quarta etapa**, ao instituir que o Programa do Seguro-Desemprego seria financiado pela arrecadação das contribuições ao PIS-Pasep, da qual pelo menos 40% destinar-se-iam ao BNDES. A Lei 7.998/90 cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), integrado pelo produto das contribuições ao PIS-Pasep e pelos próprios juros pagos pelo BNDES pela utilização dos recursos. A aliança entre o seguro-

desemprego e o BNDES dá-se sob a lógica de que a parcela de recursos do FAT que é gerida pelo BNDES retorna ao segmento produtivo sob a forma de financiamentos a investimentos geradores de renda e emprego e, portanto, minimiza o desemprego.

2. Caracterização das Principais Fontes

Geração Interna

- *Retorno* – Corresponde aos recursos provenientes das amortizações, dos serviços de juros e da cobrança de taxas e comissões dos financiamentos concedidos.
- *Incorporações ao capital e reservas* – Valores correspondentes aos resultados anuais, dividendos de ações do Tesouro Nacional (Lei 2.973, de 26.11.56), à correção monetária proveniente das aplicações do BNDES e à incorporação de valores escriturais ao capital. No exercício de 1952, inclui o valor do capital inicial de Cr\$ 20.000,00 (a preços correntes), conforme Lei 1.628, de 20.06.52.
- *Ressarcimento do Tesouro* (Decreto Lei 1.452/76) – Ressarcimento, feito pelo Tesouro Nacional, de valores relativos a subsídios de correção monetária concedidos pelo BNDES, em exercícios anteriores, conforme Decreto-Lei 1.452, de 30.03.76.

Dotações e Empréstimos no País

- *Companhias de seguro* – Recolhimento ao BNDES de 25% do aumento das reservas técnicas das companhias de seguro e capitalização (Lei 1.628, de 20.06.52) ou inversão direta de pelo menos 40% do aumento das reservas técnicas das companhias, desde que em empresas ou projetos enquadrados no Plano de Reaparelhamento e Fomento da Economia Nacional (Lei 2.973, de 26.11.56). Esta fonte de recursos vigorou até 1966, sendo revogada pelo Decreto-Lei 62, de 21.11.66.
- *Imposto de renda* – O “Adicional do Imposto de Renda”: taxa adicional de 15% a incidir sobre o imposto de renda devido por todas as pessoas físicas e jurídicas sujeitas ao pagamento de pelo menos Cr\$ 10.000,00 do referido tributo. O recolhimento seria realizado durante cinco anos consecutivos, a partir de 1952. A mesma lei estabeleceu taxa adicional de 3%, a ser paga no mesmo quinquênio pelas pessoas jurídicas, incidindo sobre as reservas e lucros em suspenso ou não distribuídos. O fundo assim formado seria restituído seis anos após, na forma de títulos da dívida pública (Lei 1.474, de 26.11.51).

A Lei 1.628, de 20.07.52, deu a esse fundo o nome de “Fundo Especial de Juros, Amortizações e Resgate das Obrigações do Reaparelhamento Econômico” (FRE) e denominou os títulos “Obrigações do Reaparelhamento Econômico” (ORE), estendendo o prazo do resgate para 20 anos. O BNDE foi criado “para dar execução aos objetivos dessa lei” e, enquanto “agente do governo, nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional.”

Em novembro de 1956, prorroga-se por 10 anos a arrecadação do adicional sobre o imposto de renda (Lei 2.973) alterando as alíquotas das pessoas físicas, que passaram a ser progressivas, com taxas de 15%, 20% e 25%; a taxa sobre o montante das reservas e lucros em suspenso ou não distribuídos passou para 4%. Estabeleceu, ainda, a regularização dos débitos do Tesouro Nacional, relativos a adicionais arrecadados em exercícios anteriores e não entregues ao Banco.

Em 1964, extingue-se o “adicional restituível de 15% do imposto de renda” e estipula-se que seriam creditados à ordem do Banco (para formar o FRE) 20% da arrecadação efetiva do imposto de renda, dotação essa que deveria vigor “até o exercício de 1975, inclusive” (Lei 4.506, de 30.11.64). Esta dotação vigorou nos exercícios de 1965 e 1966. Para o exercício de 1967, incluiu-se um adicional do imposto de renda de 10% a ser pago por todas as pessoas jurídicas e pelas pessoas físicas quando o imposto fosse superior a Cr\$ 1.000,00. Os contribuintes deveriam receber do BNDES, em igual valor, ações de empresas de propriedade do Banco (Lei 62, de 21.11.66).

- *Fundo Nacional de Investimentos* (Funai) – A Lei 4.242, de 17.07.63, criou o Fundo Nacional de Investimentos (Funai) e instituiu como fonte de recursos um empréstimo de 10% sobre o imposto de renda, a vigorar nos exercícios de 1963 a 1965, determinando ainda que a administração do fundo caberia ao BNDE, para subscrição de capital das empresas controladas pelo governo federal diretamente ou através de suas agências. O empréstimo foi regulamentado pelo Decreto 52.314, de 31.07.63, tendo vigorado até dezembro de 1964. Somente parte dos recursos foi entregue ao BNDES para aplicação em projetos específicos sob a forma de participação do Tesouro Nacional.
- *Dotação orçamentária* – Recursos do Tesouro Nacional, definidos no orçamento da União.
- *Reserva monetária* – Em 1966, foi instituído o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cuja arrecadação se destinaria ao Banco Central para a constituição de reservas monetárias (instituída pela Emenda Cons-

titucional 18), podendo ser destinado parcialmente ao BNDES (Lei 5.143, de 20.10.66). Em dezembro do mesmo ano, a Lei 5.189, de 08.12.66, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967", expressava que, no exercício de 1967, os recursos destinados ao BNDES para a formação do FRE seriam constituídos à conta da reserva monetária.

- *PIS/Pasep e FAT* – O Programa de Integração Social (PIS), instituído pela Lei Complementar 7/70, visava integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas. O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) foi instituído pela Lei Complementar 8/70, com a finalidade de assegurar, especialmente ao servidor público, a fruição de patrimônio individual progressivo.

A Lei Complementar 26/75 criou o Fundo de Participação Social (FPS), pelo Decreto 79.459, vinculando-o, sob a forma de subconta, ao Fundo de Participação PIS/Pasep e destinando-o à realização de investimentos sob a forma de ações ou debêntures conversíveis, com o objetivo da participação dos trabalhadores nas empresas controladas por capitais nacionais registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A partir de julho de 1974, o BNDES tornou-se o agente aplicador dos recursos das contribuições para o PIS/Pasep, competindo-lhe elaborar programas especiais de investimento e processar a aplicação dos recursos consoante diretrizes aprovadas pelo presidente da República.

- *FAT* – Na Constituição de 1988 foi definido que no mínimo 40% da arrecadação das contribuições para o PIS/Pasep seriam destinados ao BNDES para aplicação em programas de desenvolvimento econômico, enquanto 60% iriam financiar o Programa do Seguro-Desemprego (artigo 239 da Constituição Federal). A Lei 7.998, de 11.01.90, cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador, composto da arrecadação do PIS/Pasep destinada ao Programa do Seguro-Desemprego (60%) e de juros pagos pelo BNDES pela utilização dos demais 40%.
- *Finsocial* – Em 1982, instituiu-se o Fundo de Investimento Social (Finsocial), que teve como fonte de recursos a arrecadação de contribuição social de 0,5% sobre a receita bruta de empresas públicas e privadas que realizavam venda de mercadorias, assim como das instituições financeiras e das sociedades seguradoras. Os recursos seriam administrados pelo BNDES e aplicados em programas e projetos definidos pelo presidente da República. Neste mesmo ato acrescenta-se "Social" à denominação

“BNDE”. Parcela pequena dos recursos arrecadados foi efetivamente destinada ao BNDES (Decreto-Lei 1.940, de 25.05.82).

- *Recursos não-operacionais* – Oriundos de juros e atualização monetária de aplicações financeiras.

3. Recursos Vinculados

- São os recursos financeiros depositados no Banco com destinação especial e identificada a programas ou projetos. Ao longo dos anos, a autonomia do BNDES sobre os recursos tratados como “vinculados” nos relatórios variou muito. Como se viu na primeira seção, recursos de diferentes fundos de natureza setorial foram depositados no Banco, embora a decisão sobre sua utilização se desse em outras instâncias de governo ou através de conselhos. Também sob a denominação “vinculados” há destinações de caráter intersetorial, como “pequenas e médias empresas”, ou como o FMM, na década de 80: nesses exemplos, os recursos são vinculados a setores ou programas, mas cabe ao BNDES tanto o risco das aplicações quanto a definição dos beneficiários dos empréstimos. Atualmente, o único recurso vinculado na origem e no destino é o FMM.
- *FINAME* – Constituída pelo Decreto 55.275, de 22.12.64, como fundo contábil do BNDES – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais –, a FINAME ganhou autonomia e tornou-se uma autarquia financeira pelo Decreto 59.170, de 02.12.66, passando a chamar-se Agência Especial de Financiamento Industrial. Finalmente, com a Lei 5.662, de 21.07.71, a FINAME foi transformada em empresa pública, subsidiária do BNDES. Originalmente, ela recebia recursos exclusivos, os quais eram depositados junto ao BNDES, motivo pelo qual a Agência foi registrada como fonte de recursos do BNDES até 1971.
- *Fundo da Marinha Mercante* – O Decreto-Lei 2.035, de 21.06.83, determinou que o FMM seria administrado pelo Ministério dos Transportes, tendo como agente financeiro o BNDES. Na década de 50, o FMM era um dos fundos apenas depositados junto ao Banco. A rubrica inclui, a partir de 1984, os retornos dos financiamentos concedidos.

Outros

- *Fundo Federal de Eletrificação* – Instituído pela Lei 2.308, de 31.08.54, o Fundo Federal de Eletrificação compunha-se da parcela pertencente à União (40%) da arrecadação do Imposto Único sobre o Consumo de Energia Elétrica – os demais 60% destinavam-se aos estados, municípios

e Distrito Federal, sendo também recolhidos ao BNDE. Também destinavam-se ao fundo 10% da taxa de despacho aduaneiro e 4% adicionais da arrecadação do Imposto sobre o Consumo de Energia Elétrica, que vigorariam durante 10 anos.

Os recursos do fundo ficariam depositados no Banco até que ato do Congresso Nacional regulamentasse a sua aplicação. Enquanto não fosse efetivada essa providência, estaria o Banco autorizado a comprar ações e obrigações de sociedades de economia mista dedicadas à exploração dos serviços de energia elétrica, desde que a operação obtivesse a aprovação do presidente da República. Os títulos assim adquiridos seriam transferidos, no futuro, à empresa que se criasse no âmbito da administração federal com a finalidade de executar os empreendimentos públicos de interesse nacional no setor da energia elétrica – que viria a ser a Eletrobrás, fundada apenas em 1962.

O Banco poderia, eventualmente, antecipar a entrega das quotas pertencentes aos estados e municípios. Essa providência, entretanto, não se efetivaria antes que o Conselho Nacional de Energia Elétrica houvesse aprovado os correspondentes planos regionais de eletrificação, os quais, obrigatoriamente, deveriam articular-se com o Plano Nacional.

- *Fundo de Renovação e Melhoramento das Ferrovias* – Em 1945, foram criadas a Taxa de Melhoramentos e a Taxa de Renovação Patrimonial, na forma de adicionais às tarifas cobradas pelas estradas de ferro e destinadas aos gastos com melhoramentos e com a renovação das estradas em que fossem arrecadadas. O produto das duas taxas, na conformidade do Decreto 37.686, de 02.08.55, seria recolhido ao BNDES, mensalmente, e contabilizado a favor da ferrovia depositante. Os financiamentos destinados ao reaparelhamento das ferrovias nacionais se baseariam na receita produzida pelas aludidas taxas, estando o Banco autorizado, nos casos em que era o financiador, a utilizar-se dos depósitos para liquidação dos seus créditos. O Banco possuía ainda autoridade para decidir quanto à liberação de parcelas dos depósitos feitos, naqueles casos em que eventuais necessidades das ferrovias o exigissem.
- *Capital da Rede Ferroviária Federal* – A Lei 2.975, de 27.11.56, dispôs que 16% das quotas do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, arrecadados nos exercícios de 1957 a 1961, seriam aplicados na constituição do capital social da Rede Ferroviária Federal S.A., cuja criação então se discutia no Congresso Nacional. O produto da arrecadação seria depositado no BNDES, enquanto a Rede não estivesse constituída regularmente. Cumprida essa formalidade, o montante dos

depósitos seria transferido à empresa, contra a entrega das respectivas ações à União, Unidades da Federação e municípios.

Em dezembro de 1958, o montante a ser entregue à Rede Ferroviária Federal era de pouco mais de Cr\$ 194 milhões, correspondente ao saldo dos depósitos anteriormente efetuados no Banco. Com a entrada em operação da Rede, a rubrica desapareceu do cômputo de recursos do Banco.

- *Fundo de Pavimentação* – A Lei 2.698, de 22.12.55, deu nova aplicação à receita proveniente da diferença de preços dos combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo, quando fabricados no Brasil ou importados (ágios de petróleo e de derivados), e criou dois fundos de pavimentação. O primeiro se destinava a atender à realização de serviços de pavimentação de rodovias, em geral, e o segundo a permitir a construção, revestimento e pavimentação de estradas de rodagem que deviam substituir ramais ferroviários deficitários em sua exploração. Para constituir os aludidos fundos foram destinados 30% do valor das sobretaxas arrecadadas por força da importação de petróleo e seus derivados.

A importância correspondente seria recolhida ao Banco, para fins de depósito e distribuição. Do total, 80% constituiriam o Fundo Nacional de Pavimentação e 20% se destinariam à substituição de ramais deficitários. Do primeiro fundo, por outro lado, 40% caberão à União, devendo o saldo ser partilhado, segundo critérios preestabelecidos, entre as Unidades da Federação e municípios.

- *Fundo Portuário Nacional* – A Lei 3.421, de 10.07.58, criou o Fundo Portuário Nacional, destinado a prover recursos para o melhoramento dos portos e das vias navegáveis do país constantes do Plano Portuário Nacional. Concorriam para a constituição do fundo tributos e receitas diversos, sobressaindo-se percentagens da Taxa de Melhoramento dos Portos e dos direitos de importação para o consumo. A Taxa de Melhoramento, que substituiu a antiga Taxa de Emergência, incidia sobre as mercadorias movimentadas nos portos organizados, de ou para navios ou embarcações auxiliares, cobrando-se *ad valorem* e em bases que vão de 0,2% a 1%, segundo a procedência ou o destino da mercadoria. Do produto da arrecadação da taxa, 60% destinar-se-iam ao fundo, que receberia, do mesmo modo, 8% da arrecadação dos direitos de importação para consumo. Os recursos do fundo eram depositados no Banco, à ordem do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, que os movimentaria para os fins previstos na lei.

- *Conserve* – O Programa de Conservação de Energia no Setor Industrial (Conserve), instituído pela Portaria MIC 46, de 23.02.81, tinha por objetivos: reduzir o consumo de qualquer tipo de energia no setor industrial; fomentar a substituição de energéticos importados; estimular o desenvolvimento de processos e de produtos industrializados que proporcionem maior eficiência energética; e apropriar recursos financeiros a programas, projetos e estudos de substituição de energéticos importados e redução do consumo de energia nas unidades industriais.

O BNDES foi designado como agente financeiro do programa e repassador dos recursos aos bancos de desenvolvimento regionais e estaduais ou a bancos comerciais oficiais, estaduais, com carteira de desenvolvimento.

- *Proálcool* – O BNDES, de acordo com o Decreto 83.700, de 05.06.79, foi designado agente financeiro do Proálcool, devendo prestar colaboração financeira a projetos previamente enquadrados pela Comissão Executiva Nacional do Alcool, com o objetivo de: instalação de unidades de produção de álcool; modernização ou ampliação de destilarias existentes; e instalação, modernização ou ampliação de unidades armazenadoras de álcool.
- *Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)* – Criado pelo Decreto-Lei 2.288/86 e regulamentado pelo Decreto 193/91, os recursos do fundo destinar-se-iam a prover recursos para o financiamento de longo prazo, sob as seguintes modalidades: aquisição de participação acionária, concessão de empréstimos mediante repasses a agentes financeiros federais e subscrição de títulos de emissão da União ou de instituições financeiras federais.

O patrimônio inicial do fundo seria constituído pela conferência de ações de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, de propriedade de entidades da Administração Federal que, em troca, receberiam quotas do FND. As entidades fechadas de previdência privada deveriam aplicar 30% de suas reservas técnicas em obrigações do FND, títulos remunerados à taxa de 6% a.a. Foi instituído também empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de gasolina e sobre o valor de aquisição de veículos automotores, pelo qual os contribuintes receberiam quotas do FND após três anos, com rendimento equivalente ao da caderneta de poupança.

Recursos Externos

- *Recursos de mercado (moeda e bonds)* – Recursos externos captados pelo BNDES junto a instituições financeiras privadas, sem vinculação a projetos ou programas.

Recursos Oficiais

- *Empréstimo AID/BNDES* – Houve seis acordos sobre excedentes agrícolas, conhecidos como *Acordos do Trigo*. Os Estados Unidos exportavam excedentes agrícolas, principalmente trigo, para o Brasil, financiando sua aquisição por prazo de 20 anos. No relatório anual do BNDES de 1955, lê-se: “Segundo as mútuas obrigações assumidas em acordos firmados a 16 de novembro pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América este comprometeu-se a financiar a venda em cruzeiros, a compradores autorizados pelo primeiro, de quantidades de trigo, farinha de trigo, cereais para forragem, banha e fumo capeiro no valor equivalente a US\$ 41.220.000 dólares (inclusive custo do transporte para a metade dos produtos). Os recursos em questão, convertidos em cruzeiro à taxa que será acordada, deverão ser depositados no Banco, em conta especial do governo dos Estados Unidos, à proporção em que este for efetuando os pagamentos, em dólares, aos exportadores americanos. A conta poderá ser livremente movimentada até 24% do seu total, para fins indicados no acordo. O saldo – isto é, os 76% – será considerado empréstimo do Export-Import Bank ao Governo do Brasil, por intermédio do Banco. As condições do empréstimo, já delineadas no texto do convênio, deverão fixar, entre outras providências, o prazo de 40 anos, contados de 1º de janeiro de 1956, para a correspondente liquidação; juros de 3 a 5% ao ano, não computados durante o primeiro triênio de vigência, segundo seja a operação contabilizada em cruzeiros ou dólares; e aplicação dos recursos no fomento e no desenvolvimento equilibrado do Brasil.”
- *Financiamentos de organismos internacionais e agências governamentais* – Recursos captados junto a agências governamentais e organismos internacionais, geralmente com destinação específica a programa ou projeto.

Recursos Mobilizados pelo BNDES segundo as Principais Fontes

	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões
FONTES	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
I - Geração Interna	21	13	58	244	137	879	1.687	2.732	4.581	8.867
1.1 Retorno	-	-	-	84	96	189	463	387	347	1.399
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	21	13	58	160	41	589	1.224	2.298	3.848	6.797
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Outros	-	-	-	-	-	101	-	47	386	671
II - Dotações e Empréstimos no País	370	1.205	714	1.416	264	3.492	4.464	6.954	10.701	20.254
2.1 Cias. de Seguro	-	177	81	227	264	295	25	436	510	559
2.2 Imposto de Renda	370	1.028	633	1.189	0	3.197	4.439	6.518	10.191	19.695
2.3 Funai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Dotação Orçamentária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.5 Reserva Monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.6 PIS/Pasep/FAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.7 Finsocial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
III - Vinculados Total	-	-	-	421	1.911	...	7.632	13.717	14.355	17.643
3.1 à FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3 Outros	-	-	-	421	1.911	...	7.632	13.717	14.355	17.643
IV - Recursos Externos	-	-	-	-	1.377	1.758	1.983	2.965	3.125	3.611
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	-	-	-	-	1.377	1.758	1.983	2.965	3.125	3.611
V - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	391	1.218	772	2.081	3.689	6.129	15.766	26.368	32.762	50.375

(continua)

	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	NCr\$ ml- lhões	NCr\$ ml- lhões	NCr\$ ml- lhões
FONTES	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
I - Geração Interna	13.353	18.886	34.959	152.523	170.100	251	284	561
1.1 Retorno	1.827	2.877	6.006	30.433	37.482	57	58	81
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	11.260	15.709	28.953	89.890	130.418	194	226	440
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Outros	266	300	-	32.200	2.200	-	-	40
II - Dotações e Empréstimos no País	21.010	38.261	103.439	111.461	223.111	292	420	576
2.1 Cias. de Seguro	890	1.046	2.591	3.889	7.710	-	-	-
2.2 Imposto de Renda	20.120	29.715	47.181	94.249	210.480	142	14	-
2.3 Funai	-	7.500	53.667	13.323	4.921	...	11	-
2.4 Dotação Orçamentária	-	-	-	-	-	-	75	216
2.5 Reserva Monetária	-	-	-	-	-	150	320	360
2.6 PIS/Pasep/FAT	-	-	-	-	-	-	-	-
2.7 Finsocial	-	-	-	-	-	-	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
III - Vinculados Total	15.479	24.094	29.152	260.800	404.100	549	968	1.109
3.1 à FINAME	-	-	-	37.900	64.500	217	593	477
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3 Outros	15.479	24.094	29.152	222.900	339.600	332	395	632
IV - Recursos Externos	1.888	10.799	7.350	36.595	31.150	2	0	0
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	-	8.799	-	-	-	-	-	-
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	1.888	2.000	7.350	36.595	31.150	2	-	-
V - Outros	8.600	-	-	53.000	-	110	-	-
Total	60.330	92.040	174.900	614.379	828.461	1.204	1.692	2.246

(continua)

	Cr\$ mi- lhões	Cr\$ mi- lhões	Cr\$ mi- lhões	Cr\$ mi- lhões	Cr\$ mi- lhões	Cr\$ mi- lhões	Cr\$ mi- lhões	Cr\$ mi- lhões
FONTES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
I - Geração Interna	1.011	1.445	938	1.795	2.066	4.236	6.643	11.036
1.1 Retorno	187	407	-	-	-	-	-	-
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	824	1.038
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
II - Dotações e Empréstimos no País	898	1.138	1.673	2.128	8.138	17.155	21.960	33.910
2.1 Cias. de Seguro	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3 Funai	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Dotação Orçamentária	363	508	490	750	800	1.400	300	1.090
2.5 Reserva Monetária	480	630	1.183	1.378	5.058	4.883	5.182	8.990
2.6 PIS/Pasep/FAT	-	-	-	-	2.280	10.872	16.478	23.830
2.7 Finsocial	-	-	-	-	-	-	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais
2.9 Outros	55	-	-	-	-	-	-	-
III - Vinculados Total	1.453	738	-	-	-	-	-	-
3.1 à FINAME	586	579	-	-	-	-	-	-
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3 Outros	867	113	-	-	-	-	-	-
IV - Recursos Externos	101	89	457	604	726	2.193	1.742	5.701
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	101	89	296	612	611	2.015	1.418	5.272
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	-	-	161	82	115	178	324	429
V - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.463	3.410	3.068	4.617	10.930	23.584	30.345	50.647

(continua)

	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ bi- lhões	Cr\$ bi- lhões
FONTES	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I - Geração Interna	18.568	60.900	114.200	197.300	485.500	1.342.800	5.002	18.923
1.1 Retorno	...	48.000	82.000	164.500	370.900	1.047.800	3.467	11.994
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	4.900	12.400	10.800	19.700	55.300	267	1.142
1.4 Outros	500	8.000	19.800	22.000	94.900	239.700	1.268	5.787
II - Dotações e Empréstimos no País	44.431	50.700	77.500	138.800	421.800	1.085.100	1.389	4.068
2.1 Cias. de Seguro	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3 Funai	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Dotação Orçamentária	2.200	1.000	-	-	80.000	236.000
2.5 Reserva Monetária	...	4.000	12.800	21.200	300	-	-	-
2.6 PIS/Pasep/FAT	32.996	40.900	59.800	117.600	194.700	510.400	478	1.955
2.7 Finsocial	-	-	-	-	132.600	338.400	874	1.947
2.8 Recursos Não-Operacionais	37	156
2.9 Outros	9.235	4.800	5.100	-	14.200	300	-	-
III - Vinculados Total	0	2.400	7.700	21.100	37.300	58.200	1.971	4.398
3.1 à FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	1.353	3.150
3.3 Outros	-	2.400	7.700	21.100	37.300	58.200	618	1.248
IV - Recursos Externos	10.024	20.700	31.600	37.100	71.500	222.200	838	1.803
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	9.544	20.200	30.000	35.000	59.100	141.100	838	1.803
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	480	500	1.600	2.100	12.400	81.200	-	-
V - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	73.023	134.700	231.000	394.300	1.016.100	2.708.300	9.200	29.182

(continua)

	Cz\$ ml- lhões	Cz\$ ml- lhões	Cz\$ ml- lhões	NCr\$ mil	Cr\$ ml- lhões	Cr\$ bi- lhões	Cr\$ bi- lhões	Cr\$ reais mil	Reais ml- lhões
FONTES	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
I - Geração Interna	55.270	166.878	1.271.356	13.238.434	536.384	1.994	27.949	285.851	4.514
1.1 Retorno	31.813	96.823	909.772	8.147.095	413.928	1.827	24.803	253.983	4.011
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	4.668	3.000	73.350	44.281	-	-	-	-	-
1.4 Outros	18.789	67.055	288.234	5.047.058	122.456	167	3.147	31.868	503
II - Dotações e Empréstimos no País	18.640	39.613	167.161	4.448.333	206.729	2.112	30.052	647.157	1.770
2.1 Cias. de Seguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3 Funai	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Dotação Orçamentária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.5 Reserva Monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.6 PIS/Pasep/FAT	14.931	36.649	65.856	2.103.897	172.299	1.623	15.772	158.290	1.476
2.7 Finsocial	829	2.776	40.525	84.981	-	-	0	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais	287	36	60.383	2.259.455	25.410	474	12.080	419.618	294
2.9 Outros	2.593	152	397	-	9.020	15	2.200	69.249	-
III - Vinculados Total	10.521	89.191	346.946	3.827.645	33.233	217	3.229	34.184	281
3.1 à FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 FMM	7.951	49.127	305.087	3.803.833	33.233	217	2.586	30.435	281
3.3 Outros	2.570	40.064	41.859	23.812	-	-	643	3.749	-
IV - Recursos Externos	2.137	10.226	2.152	167.132	6.289	91	2.705	17.093	137
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	864	5.364	-	-	6.220	-	1.153	9.644	-
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	1.273	4.862	2.152	167.132	69	91	1.552	7.449	137
V - Outros	-	-	55.294	81.194	-	-	-	-	-
Total	86.568	305.908	1.842.909	21.762.738	782.635	4.414	63.936	984.285	6.702

Obs.: Os valores em moeda corrente dos anos de 1990 a 1993 estão a preços de dezembro de cada ano pois, sendo um período com inflação alta, os recursos do BNDES estavam constantemente atualizados por índices oficiais: 1990 (IPC), 1991 a 1993 (IGP-DI).

Recursos Mobilizados pelo BNDES segundo as Principais Fontes

FONTES	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
I - Geração Interna	1.122	329	970	3.416	1.946	11.842	13.246	18.051	24.567	32.865
1.1 Retorno	1.176	1.364	2.546	3.635	2.557	1.861	5.185
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	1.122	329	970	2.240	582	7.935	9.611	15.183	20.636	25.193
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Outros	-	-	-	-	-	1.361	-	311	2.070	2.487
II - Dotações e Empréstimos no País	19.765	30.468	11.944	19.824	3.750	47.043	35.050	45.946	57.387	75.070
2.1 Clas. de Seguro *	...	4.475	1.355	3.178	3.750	3.974	196	2.881	2.735	2.072
2.2 Imposto de Renda	19.765	25.992	10.589	16.646	...	43.069	34.854	43.066	54.562	72.999
2.3 Funai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Dotação Orçamentária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.5 Reserva Monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.6 PIS/Pasep/FAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.7 Finsocial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
III - Vinculados	-	-	-	5.894	27.145	-	59.925	90.631	76.983	65.393
3.1 à FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3 Outros	-	-	-	5.894	27.145	...	59.925	90.631	76.983	65.393
IV - Recursos Externos	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	20.887	30.796	12.914	29.133	32.841	58.885	108.221	154.628	158.937	173.328

(continua)

	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
FONTES	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
I - Geração Interna	34.744	32.841	27.911	80.331	76.622	94.007	83.529	137.838
1.1 Retorno	4.754	5.003	4.795	16.029	16.884	21.348	17.059	19.902
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	29.298	27.316	23.116	47.344	58.747	72.659	66.471	108.108
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Outros	692	522	-	16.959	991	-	-	9.828
II - Dotações e Empréstimos no País	54.667	66.532	82.586	58.705	100.500	109.363	123.529	141.523
2.1 Cias. de Seguro	2.316	1.819	2.069	2.048	3.473
2.2 Imposto de Renda	52.351	51.671	37.669	49.639	94.811	53.184	4.118	...
2.3 Funai	-	13.042	42.848	7.017	2.217	...	3.235	...
2.4 Dotação Orçamentária	-	-	-	-	-	-	22.059	53.071
2.5 Reserva Monetária	-	-	-	-	-	56.180	94.118	88.452
2.6 PIS/Pasep/FAT	-	-	-	-	-	-	-	-
2.7 Finsocial	-	-	-	-	-	-	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
III - Vinculados Total	40.275	41.897	23.275	137.359	182.027	205.618	290.588	272.482
3.1 à FINAME	-	-	-	19.961	29.054	81.273	174.412	117.199
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3 Outros	40.275	41.897	23.275	117.398	152.973	124.345	116.176	155.283
IV - Recursos Externos	0	15.300	0	0	14.032	0	-	-
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	-	15.300	-	-	-	-	...	-
4.2 Rec. Oficiais (A/D e Financiamentos)	-	-	-	-	14.032	-	-	...
V - Outros	22.377	-	-	27.914	-	41.199	-	-
Total	152.062	156.570	133.772	304.310	373.181	450.187	497.647	551.843

(continua)

	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
FONTES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
I - Geração Interna	220.261	273.157	158.179	292.822	304.271	521.033	622.587	780.481
1.1 Retorno	40.741	76.938
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	179.521	196.219
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	-	-
1.4 Outros	-	-
II - Dotações e Empréstimos no País	195.643	215.123	282.125	347.145	1.198.527	2.110.086	2.058.107	2.398.161
2.1 Cias. de Seguro
2.2 Imposto de Renda
2.3 Funai
2.4 Dotação Orçamentária	79.085	96.030	82.631	122.349	117.820	172.202	28.116	77.086
2.5 Reserva Monetária	104.575	119.093	199.494	224.796	744.919	600.615	485.661	635.785
2.6 PIS/Pasep/FAT	-	-	-	-	335.788	1.337.269	1.544.330	1.685.290
2.7 Finsocial	-	-	-	-	-	-	-	-
2.8 Recursos Não-Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9 Outros	11.983	-
III - Vinculados Total	316.558	130.813
3.1 à FINAME	127.669	109.452	-	-	-	-	-	-
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	-	-
3.3 Outros	188.889	21.361	-	-	-	-	-	-
IV - Recursos Externos	22.004	16.824	77.066	113.214	106.922	269.742	163.261	403.182
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	22.004	16.824	49.916	99.837	89.985	247.847	132.896	372.843
4.2 Rec. Oficiais (Acordos do Trigo e Financiamentos)	-	-	27.150	13.377	16.937	21.894	30.366	30.339
V - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	754.466	635.917	517.369	753.181	1.609.720	2.900.861	2.843.955	3.581.825

(continua)

	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
FONTES	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I - Geração Interna	1.026.991	2.259.740	2.166.572	2.118.771	2.704.434	2.327.008	2.706.666	3.051.905
1.1 Retorno	...	1.781.076	1.555.682	1.766.538	2.066.065	1.815.787	1.876.052	1.934.394
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	...	181.818	235.249	115.979	109.737	95.832	144.478	184.182
1.4 Outros	27.655	296.846	375.640	236.254	528.632	415.389	686.136	933.328
II - Dotações e Empréstimos no País	2.457.467	1.881.262	1.470.309	1.490.550	2.349.599	1.880.426	751.611	654.475
2.1 Cias. de Seguro
2.2 Imposto de Renda
2.3 Funai
2.4 Dotação Orçamentária	121.681	37.106			445.833	408.977
2.5 Reserva Monetária	-	148.423	242.838	227.663	1.671
2.6 PIS/Pasep/FAT	1.825.000	1.517.625	1.130.715	1.262.887	1.084.559	884.499	258.654	315.303
2.7 Finsocial	738.636	586.431	472.936	314.013
2.8 Recursos Não-Operacionais	20.021	25.160
2.9 Outros	510.785	178.108	96.756	...	79.100	520
III - Vinculados Total	-	89.054	146.082	226.589	207.776	100.858	1.066.541	709.310
3.1 à FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 FMM	-	-	-	-	-	-	732.131	508.033
3.3 Outros	-	89.054	46.082	226.589	207.776	100.858	334.410	201.278
IV - Recursos Externos	554.425	768.089	599.507	398.411	398.284	385.235	453.456	290.788
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	527.876	749.536	569.152	375.859	329.211	244.520	453.456	290.788
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	26.549	18.553	30.355	22.552	69.073	140.716	-	-
V - Outros
Total	4.038.883	4.998.145	4.382.470	4.234.321	5.660.094	4.693.527	4.978.274	4.706.478

(continua)

	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil
FONTES	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
I - Geração Interna	4.046.120	4.252.752	4.846.291	4.671.289	3.469.720	2.082.206	2.506.481	3.231.817	4.802.128
1.1 Retorno	2.328.917	2.467.457	3.467.251	2.874.789	2.677.586	1.907.861	2.224.286	2.871.519	4.267.021
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	341.728	76.453	279.546	15.825
1.4 Outros	1.375.476	1.708.843	1.098.495	1.780.896	792.134	174.345	282.195	360.298	535.106
II - Dotações e Empréstimos no País	1.364.568	1.009.506	637.071	1.569.631	1.337.273	2.204.665	2.695.065	7.316.725	1.882.979
2.1 Clss. de Seguro
2.2 Imposto de Renda
2.3 Funal
2.4 Dotação Orçamentária
2.5 Reserva Monetária
2.6 PIS/Pasep/FAT	1.093.045	933.970	250.985	742.377	1.114.555	1.694.157	1.414.456	1.789.619	1.570.213
2.7 Finsocial	60.888	70.744	154.446	29.986
2.8 Recursos Não-Operacionais	21.010	917	230.127	797.267	164.370	494.848	1.083.315	4.744.180	312.766
2.9 Outros	189.824	3.874	1.513	...	58.348	15.660	197.294	782.026	...
III - Vinculados Total	770.206	2.272.951	1.322.253	1.350.616	214.975	226.544	289.574	386.483	-
3.1 & FINAME
3.2 FMM	582.064	1.251.982	1.162.723	1.342.213	214.975	226.544	231.910	344.097	...
3.3 Outros	188.141	1.020.969	159.530	8.402	57.664	42.386	...
IV - Recursos Externos	156.442	260.601	8.202	58.974	40.682	94.575	242.596	193.253	145.746
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	63.250	136.697	40.235	...	103.394	109.035	-
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	93.192	123.904	8.202	58.974	446	94.575	139.202	84.218	145.745
V - Outros	210.732	28.650
Total	6.337.335	7.795.821	7.023.549	7.679.159	5.062.650	4.607.991	5.733.716	11.128.277	6.830.851

Nota: Não há valores disponíveis de cada item que compõe a Geração Interna entre os anos de 1972 e 1978.

Recursos Mobilizados pelo BNDES segundo as Principais Fontes

(Em %)

FONTES	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
I - Geração Interna	5,37	1,07	7,51	11,73	3,71	14,34	10,70	10,36	13,98	17,60
1.1 Retorno	0,00	0,00	0,00	4,04	2,60	3,08	2,94	1,47	1,06	2,78
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	5,37	1,07	7,51	7,69	1,11	9,61	7,76	8,72	11,75	13,49
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,65	0,00	0,18	1,18	1,33
II - Dotações e Empréstimos no País	94,63	98,93	92,49	68,04	7,16	56,98	28,31	26,37	32,66	40,21
2.1 Cias. de Seguro	0,00	14,53	10,49	10,91	7,16	4,81	0,16	1,65	1,56	1,11
2.2 Imposto de Renda	94,63	84,40	81,99	57,14	0,00	52,16	28,16	24,72	31,11	39,10
2.3 Funai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 Dotação Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 Reserva Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6 PIS/Pasep/FAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7 Finsocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8 Recursos Não-Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III - Vinculados Total	0,00	0,00	0,00	20,23	51,80	0,00	48,41	52,02	43,82	35,02
3.1 à FINAME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2 FMM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 Outros	0,00	0,00	0,00	20,23	51,80	0,00	48,41	52,02	43,82	35,02
IV - Recursos Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	37,33	28,68	12,58	11,24	9,54	7,17
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	0,00	0,00	0,00	0,00	37,33	28,68	12,58	11,24	9,54	7,17
V - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(continua)

(Em %)

FONTES	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
I - Geração Interna	22,13	20,52	19,99	24,83	20,53	20,85	16,78	24,98
1.1 Retorno	3,03	3,13	3,43	4,95	4,52	4,73	3,43	3,61
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	18,86	17,07	16,55	14,63	15,74	16,11	13,38	19,59
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 Outros	0,44	0,33	0,00	5,24	0,27	0,00	0,00	1,78
II - Dotações e Empréstimos no País	34,83	41,57	59,14	18,14	26,93	24,25	24,82	26,65
2.1 Cias. de Seguro	1,48	1,14	1,48	0,63	0,93	0,00	0,00	0,00
2.2 Imposto de Renda	33,35	32,28	26,98	15,34	25,41	11,79	0,83	0,00
2.3 Funai	0,00	8,15	30,68	2,17	0,59	0,00	0,65	0,00
2.4 Dotação Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,43	9,62
2.5 Reserva Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,46	18,91	16,03
2.6 PIS/Pasep/FAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7 Finsocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8 Recursos Não-Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III - Vinculados Total	25,66	26,18	16,67	42,45	48,78	45,60	58,39	49,38
3.1 à FINAME	0,00	0,00	0,00	6,17	7,79	18,02	35,05	21,24
3.2 FMM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 Outros	25,66	26,18	16,67	36,28	40,99	27,57	23,35	28,14
IV - Recursos Externos	3,13	11,73	4,20	5,96	3,76	0,17	0,00	0,00
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	0,00	9,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	3,13	2,17	4,20	5,96	3,76	0,17	0,00	0,00
V - Outros	14,25	0,00	0,00	8,63	0,00	9,14	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(continua)

(Em %)

FONTES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
I - Geração Interna	29,19	42,38	30,57	38,88	18,90	17,96	21,89	21,79
1.1 Retorno	5,40	11,94						
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	23,79	30,44						
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	0,00	0,00						
1.4 Outros	0,00	0,00						
II - Dotações e Empréstimos no País	25,93	33,37	54,53	46,09	74,46	72,74	72,37	66,95
2.1 Cias. de Seguro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 Funai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 Dotação Orçamentária	10,48	14,90	15,97	16,24	7,32	5,94	0,99	2,15
2.5 Reserva Monetária	13,86	18,48	38,56	29,85	46,28	20,70	17,08	17,75
2.6 PIS/Pasep/FAT	0,00	0,00	0,00	0,00	20,86	46,10	54,30	47,05
2.7 Finsocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8 Recursos Não-Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9 Outros	1,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III - Vinculados Total	41,96	21,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.d.
3.1 à FINAME	16,92	16,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.2 FMM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3 Outros	25,04	3,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IV - Recursos Externos	2,92	2,61	14,90	15,03	6,64	9,30	5,74	11,26
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	2,92	2,61	9,65	13,26	5,59	8,54	4,67	10,41
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	0,00	0,00	5,25	1,78	1,05	0,75	1,07	0,85
V - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(continua)

(Em %)

FONTES	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I - Geração Interna	25,43	45,21	49,44	50,04	47,78	49,58	54,37	64,84
1.1 Retorno		35,63	35,50	41,72	36,50	38,89	37,68	41,10
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 Rec. Tesouro DL 1.452/76		3,64	5,37	2,74	1,94	2,04	2,90	3,91
1.4 Outros		5,94	8,57	5,58	9,34	8,85	13,78	19,83
II - Dotações e Empréstimos no País	60,85	37,64	33,55	35,20	41,51	40,07	15,10	13,91
2.1 Cias. de Seguro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 Funai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 Dotação Orçamentária	3,01	0,74	0,00	0,00	7,87	8,71	0,00	0,00
2.5 Reserva Monetária	0,00	2,97	5,54	5,38	0,03	0,00	0,00	0,00
2.6 PIS/Pasep/FAT	45,19	30,36	25,80	29,83	19,16	18,85	5,20	6,70
2.7 Finsocial	0,00	0,00	0,00	0,00	13,05	12,49	9,50	6,67
2.8 Recursos Não-Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,53
2.9 Outros	12,65	3,56	2,21	0,00	1,40	0,01	0,00	0,00
III - Vinculados Total	0,00	1,78	3,33	5,35	3,67	2,15	21,42	15,07
3.1 à FINAME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2 FMM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,71	10,79
3.3 Outros	0,00	1,78	3,33	5,35	3,67	2,15	6,72	4,28
IV - Recursos Externos	13,73	15,37	13,68	9,41	7,04	8,20	9,11	6,18
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	13,07	15,00	12,99	8,88	5,82	5,21	9,11	6,18
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	0,66	0,37	0,69	0,53	1,22	3,00	0,00	0,00
V - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(continua)

(Em %)

FONTES	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
I - Geração Interna	63,85	54,55	68,99	60,83	68,54	45,19	43,71	29,04	67,35
1.1 Retorno	36,75	31,65	49,37	37,44	52,89	41,40	38,79	25,80	59,85
1.2 Incorp. ao Capital e Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 Res. Tesouro DL 1.452/76	5,39	0,98	3,98	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 Outros	21,70	21,92	15,64	23,19	15,65	3,78	4,92	3,24	7,51
II - Dotações e Empréstimos no País	21,53	12,96	9,07	20,44	26,41	47,84	47,00	65,75	26,41
2.1 Cias. de Seguro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 Funai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 Dotação Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 Reserva Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6 PIS/Pasep/FAT	17,25	11,98	3,57	9,67	22,02	36,77	24,67	16,08	22,02
2.7 Finsocial	0,96	0,91	2,20	0,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8 Recursos Não-Operacionais	0,33	0,01	3,28	10,38	3,25	10,74	18,89	42,83	4,39
2.9 Outros	3,00	0,05	0,02	0,00	1,15	0,34	0,34	7,04	0,00
III - Vinculados Total	12,15	29,16	18,83	17,59	4,25	4,92	5,05	3,47	4,19
3.1 à FINAME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2 FMM	9,18	16,06	16,55	17,48	4,25	4,92	4,04	3,09	4,19
3.3 Outros	2,97	13,10	2,27	0,11	0,00	0,00	1,01	0,38	0,00
IV - Recursos Externos	2,47	3,34	0,12	0,77	0,80	2,05	4,23	1,74	2,04
4.1 Rec. de Mercado (Moeda e Títulos)	1,00	1,75	0,00	0,00	0,79	0,00	1,80	0,98	0,00
4.2 Rec. Oficiais (AID e Financiamentos)	1,47	1,59	0,12	0,77	0,01	2,05	2,43	0,76	2,04
V - Outros	0,00	0,00	3,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

n.d. = não-disponível.

Nota: Não há valores disponíveis de cada item que compõe a Geração Interna entre os anos de 1972 e 1978.

4. Sumário da Legislação Reguladora

Leis Complementares

- *Lei Complementar 7, de 07 de setembro de 1970* – Institui o Programa de Integração Social (PIS).
- *Lei Complementar 8, de 03 de dezembro de 1970* – Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).
- *Lei Complementar 19, de 25 de junho de 1974* – Dispõe que os recursos do PIS e do Pasep serão aplicados preferencialmente conforme as diretrizes e prazos de vigência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), através do BNDES, conforme condições a serem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
- *Lei Complementar 26, de 11 de setembro de 1975* – Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Unifica sob a denominação PIS-Pasep os fundos constituídos com os recursos do PIS e do Pasep.

Leis

- *Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951* – Modifica a legislação do imposto sobre a renda, institui taxa adicional de 15% a incidir sobre o imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas, sujeitas ao pagamento de pelo menos Cr\$ 10.000,00. O recolhimento seria realizado durante cinco anos consecutivos, a partir de 1952. A mesma lei estabeleceu taxa adicional de 3% a ser paga no mesmo quinquênio pelas mesmas pessoas jurídicas.
- *Lei 1.628, de 20 de junho de 1952* – Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pela Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da dívida pública federal; cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); cria o Fundo Especial de Juros, Amortizações e Resgate das Obrigações do Reaparelhamento Econômico; autoriza recolhimento de depósitos de sociedades de seguro e capitalização para financiamento de parte das inversões ou despesas com a execução de programas de reaparelhamento econômico; abre crédito especial, estabelece fontes de recursos e dá outras providências.

- *Lei 2.308, de 31 de agosto de 1954* – Institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera legislação do imposto sobre consumo de energia e dá outras providências.
- *Lei 2.698, de 27 de dezembro de 1955* – Dispõe sobre nova aplicação à receita proveniente da diferença de preços entre os combustíveis e lubrificantes líquidos derivados do petróleo no Brasil ou importados. Cria dois fundos de pavimentação – Fundo Nacional de Pavimentação e Fundo Especial – que serão aplicados em pavimentação de rodovias e na construção, revestimento ou pavimentação de rodovias destinadas a substituir ramais ferroviários reconhecidamente deficitários.
- *Lei 2.944, de 08 de novembro de 1956* – Dispõe sobre a distribuição e a aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos estados, Distrito Federal e municípios.
- *Lei 2.973, de 26 de novembro de 1956* – Prorroga por 10 anos a vigência do adicional do imposto sobre a renda e torna progressivas as alíquotas das pessoas físicas. Trata dos recolhimentos da Caixa Econômica Federal e das companhias de seguro e capitalização. Prorroga e modifica valores e dá outras providências.
- *Lei 2.975, de 27 de novembro de 1956* – Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, estabelece que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico será depositário dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional da Rede Ferroviária Federal S. A. até sua constituição e dá outras providências.
- *Lei 3.244, de 14 de agosto de 1957* – Dispõe sobre a reforma da tarifa das alfândegas. O produto da taxa de despacho aduaneiro tem as seguintes destinações: Fundo de Marinha Mercante; Fundo de Previdência Social; Fundo Naval; Fundo Aeronáutico; Fundo Federal de Eletrificação; Concessionários dos Portos; Fundo de Reaparelhamento das Repartições Aduaneiras e Caixa de Crédito da Pesca. Enquanto não for criado o Fundo de Marinha Mercante, a parcela do produto da taxa que lhe é destinada será depositada, em conta especial, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
- *Lei 3.381, de 24 de abril de 1958* – Cria o Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Renovação da Marinha Mercante. Os recursos que constituem o Fundo da Marinha Mercante serão recolhidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, à ordem da Comissão de Marinha Mercante. O produto da Taxa de Renovação da Marinha Mercante será recolhido

pelos armadores ou seus agentes pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou seus representantes, e dá outras providências. Na composição do fundo se destacavam, pela importância, o produto da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e a percentagem de 32% da receita oriunda da cobrança da taxa de despacho aduaneiro. A Taxa de Renovação correspondia a um adicional ao frete líquido devido pelo transporte de qualquer carga saída ou entrada em portos nacionais, sendo cobrado na base de 5% e 15% do respectivo valor, segundo a natureza do comércio.

- *Lei 3.421, de 10 de julho de 1958* – Cria o Fundo Portuário Nacional e Taxa de Melhoramento dos Portos (antiga Taxa de Emergência). O Fundo Portuário Nacional é recolhido em depósito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em conta especial. Sessenta por cento da Taxa de Melhoramento dos Portos serão recolhidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O BNDE poderá financiar, com prévio conhecimento do Ministro da Viação e Obras Públicas, ouvido o Departamento dos Portos, Rios e Canais, com recursos do Fundo Portuário Nacional, a aquisição de equipamento de dragagem para empresas privadas ou de economia mista.
- *Lei 4.242, de 17 de julho de 1963* – Institui empréstimo compulsório a ser arrecadado à conta do Fundo Nacional de Investimentos. Cria o Fundo Nacional de Investimentos a fim de assegurar o nível de investimentos federais previstos no plano de desenvolvimento, mediante participação de empresas controladas pela União Federal, cabendo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a administração do Fundo Nacional de Investimentos (Funai).
- *Lei 4.506, de 30 de novembro de 1964* – Reformula o imposto de renda. Consigna dotação de parcela da arrecadação do imposto de renda até o exercício de 1975, inclusive, em favor do BNDE, como recursos destinados ao Fundo de Reparelhamento Econômico – modificada pelo Decreto-Lei 62, de 21.11.66, que revoga esta destinação.
- *Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964* – Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e de créditos, cria o Conselho Monetário Nacional. O Conselho Monetário Nacional tem a finalidade de formular a política da moeda e do crédito. Junto ao Conselho Monetário Nacional, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico funcionará como membro das seguintes comissões consultivas: bancária, de mercado de capitais e de crédito industrial.

- *Lei 5.143, de 20 de outubro de 1966* – Institui Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que se destinará à formação de reservas monetárias as quais serão aplicadas pelo Banco Central “na intervenção dos mercados de câmbio e de títulos, na assistência de instituições financeiras, particularmente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico”.
- *Lei 5.189, de 08 de dezembro de 1966* – Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967. Destina recursos constituídos à conta da reserva monetária ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para a formação do Fundo de Reaparelhamento Econômico.
- *Lei 5.662, de 21 de junho de 1971* – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), autarquia federal, é enquadrado na categoria de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Enquadra a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), autarquia federal, na categoria de empresa pública, mantendo a mesma denominação, com personalidade de direito público e patrimônio próprio.
- *Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990* – Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Institui o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).
- *Lei 8.019, de 11 de abril de 1990* – Regula o repasse de recursos do FAT ao BNDES, definindo a remuneração devida pelo BNDES pela utilização dos recursos do FAT e a periodicidade para remessa dos juros e dá outras providências.

Decretos-Leis

- *Decreto-Lei 45, de 18 de novembro de 1966* – Dota a FINAME de personalidade jurídica própria, devendo desenvolver as suas atividades com a colaboração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, na forma da legislação em vigor. “No prazo máximo de 90 dias, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico criará uma sociedade anônima de economia mista, da qual terá obrigatoriamente o controle acionário, para suceder à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)”. (A criação de sociedade anônima não se concretizou).

- *Decreto-Lei 62, de 21 de novembro de 1966* – Altera a legislação do imposto de renda. Institui cobrança com adicional de 10% a favor do BNDE, sendo que o recolhimento deste imposto será feito através do Departamento de Arrecadação ou de banco autorizado a receber o imposto de renda que creditará ao BNDE as importâncias arrecadadas. Autoriza o Ministro da Fazenda a vender Obrigações do Tesouro para o efeito de cobrir aplicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico previstas no orçamento de investimento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.
- *Decreto-Lei 63, de 21 de novembro de 1966* – Altera a tarifa das alfândegas definida na Lei 3.244, de 14.08.57, e dá outras providências.
- *Decreto-Lei 96, de 30 de dezembro de 1966* – Institui normas para a utilização dos créditos orçamentários e adicionais e dá outras providências de ordem financeira.
- *Decreto-Lei 325, de 03 de maio de 1967* – Dispõe que os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante ficarão depositados no Banco do Brasil.
- *Decreto-Lei 1.452, de 30 de março de 1976* – Concede incentivo equivalente à parcela que exceder 20% de correção monetária a projetos prioritários para a economia nacional. Define que as instituições financeiras poderão debitar o montante de incentivo fiscal do imposto de renda devido, ou, caso insuficiente, serão ressarcidas com ORTNs, cujo valor deverá estar previsto no orçamento da União.
- *Decreto-Lei 1.940, de 25 de maio de 1982* – Institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social (Finsocial), destinado a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter assistencial relacionados com alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor. Muda a denominação Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, determinando que ele seja o administrador do fundo.
- *Decreto-Lei 2.035, de 21 de junho de 1983* – Altera o § 2º do art. 3º do Decreto-Lei 1.801, de 18 de agosto de 1980, determinando que o Fundo da Marinha Mercante, na forma que dispuser o Poder Executivo e mantidas a sua natureza, finalidade e condições de aplicação, passa a ser administrado pelo Ministério dos Transportes, tendo como agente financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

- *Decreto-Lei 2.288, de 23 de julho de 1986* – Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e institui empréstimo compulsório sobre a aquisição de veículos e o consumo de gasolina.
- *Decretos-Leis 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e 2.414, de 12 de fevereiro de 1988* – Dispõem sobre o recolhimento e a distribuição do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Decretos

- *Decreto 37.686, de 02 de agosto de 1955* – Regulamenta o art. 11, inciso IV, da Lei 1.628, de 20 de junho de 1952, com relação ao disposto no Decreto-Lei 7.632, de 12 de junho de 1945, alterado pelo de 9.766, de 6 de setembro de 1946. Institui que as ferrovias de propriedade ou concessão do governo federal, qualquer que seja o regime de administração, recolherão mensalmente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico o produto integral das duas taxas adicionais às tarifas vigentes. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico creditará as importâncias recebidas na forma de contas individuais das estradas interessadas sob títulos Fundo de Melhoramento e Fundo de Renovação Patrimonial.
- *Decreto 40.007, de 20 de setembro de 1956* – Dispõe sobre a distribuição e aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do imposto único instituídos pela Lei 2.308, de 31 de agosto de 1954.
- *Decreto 52.314, de 31 de julho de 1963* – Aprova o regulamento para cobrança do empréstimo compulsório.
- *Decreto 55.275, de 22 de dezembro de 1964* – Cria o Fundo de Financiamento de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME). Este fundo constituirá uma conta gráfica nos livros e papéis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, destinando-se a: financiar as indústrias de operações de compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional; em limites compatíveis com suas possibilidades, conceder financiamento para projetos de implantação de novas indústrias de pequeno porte; e, quando as possibilidades o permitirem, financiar a expansão das existentes.
- *Decreto 55.820, de 08 de março de 1965* – Cria o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (Finep), destinando-o a prover recursos para o financiamento da elaboração de projetos e programas de desenvolvimento econômico. O fundo constituirá uma conta gráfica nos

livros e papéis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico registrará os contratos e convênios celebrados entre o fundo e os agentes financeiros e destacará, por determinação de junta, da conta especial, os recursos necessários ao cumprimento dos mesmos atos, fazendo, ainda, o controle contábil relativo à movimentação da conta.

- *Decreto 56.835, de 03 de setembro de 1965* – Cria o Fundo Geral para Agricultura e Indústria (Funagri). Fundo de natureza contábil, destina-se a prover recursos para o financiamento das necessidades da indústria e da agricultura. Incorporam-se pelo presente decreto, passando a constituir subcontas deste, os seguintes fundos: Fundo Nacional de Refinamento Rural, criado pelo Decreto 54.019, de 14 de julho de 1964; Fundo de Democratização do Capital das Empresas, criado pelo Decreto 54.105, de 06 de agosto de 1964; Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, criado pelo Decreto 55.275, de 22 de dezembro de 1964; e Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado pelo Decreto 55.820, de 08 de março de 1965.
- *Decreto 59.170, de 02 de setembro de 1966* – Cria a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) incorporando o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), criado pelo Decreto 55.275, de 22 de dezembro de 1964.
- *Decreto 79.459, de 30 de março de 1977* – Institui o Fundo de Participação Social (FPS) como subconta do Fundo PIS-Pasep.
- *Decreto 83.700, de 05 de julho de 1979* – Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Alcool, cria o Conselho Nacional do Alcool [tem a finalidade de formular a política e fixar as diretrizes do Programa Nacional do Alcool (Proálcool)], extingue a Comissão Nacional do Alcool e cria a Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal).
- *Decreto 84.575, de 18 de março de 1980* – Modifica a redação do art. 12 do Decreto 83.700, de 5 de julho de 1979, incluindo os bancos comerciais privados, os bancos de investimento e as caixas econômicas entre os agentes financeiros da linha de crédito industrial do Programa Nacional do Alcool.
- *Decreto 193, de 21 de agosto de 1991* – Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), criado pelo Decreto-Lei 2.288, de 23 de julho de 1986.

- *Decreto 764, de 03 de março de 1993* – Dá nova redação aos artigos 4º e 8º do Decreto 193, de 21 de agosto de 1991, alterando o Conselho de Orientação do FND e a competência para a fiscalização da aplicação dos recursos do FND.

Portaria

- *Portaria 046, de 23 de fevereiro de 1981* – Cria o Programa de Conservação de Energia no Setor Industrial (Conserve). O agente financeiro do programa será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico que operará diretamente ou através de sua rede de agentes de bancos de desenvolvimento regionais e estaduais.

Resoluções – BNDE

- *Resolução 394, de 24 de setembro de 1971, Resolução 395, de 29 de outubro de 1971, Resolução 429, de 29 de janeiro de 1973, e Resolução 432, de 18 de maio de 1973* – Regulamentam as operações de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme).

Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

- Constituição Federal, artigo 239 – A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

§ 1º – Dos recursos mencionados no *caput* deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

Notas:

Os valores apresentados na tabela estão em moeda corrente até 1989. A partir de 1990, os valores foram atualizados para preços de dezembro dos respectivos anos com base no IPC (1990) e IGP-DI (1991, 1992, 1993 etc.).

1 – 1955, “Outros Vinculados” → Imposto único sobre energia elétrica, Fundo Federal de Eletrificação, Fundo de Renovação e melhoramento das ferrovias;

2 – 1956, “Outros Vinculados” → *Idem* nota 1 mais Fundo Nacional de Pavimentação;

3 – 1958, “Outros Vinculados” → *Idem* nota 2 mais Fundo Portuário e Fundo Especial;

4 – 1963, “Moeda” → Crédito Eximbank-Japão para repasse ao governo de Minas Gerais para participação deste no capital da Usiminas;

5 – 1961, “Outros Vinculados” → Inclui: Fundo Federal de Eletrificação, Imposto Único sobre Energia Elétrica, Fundo de Renovação e Melhoramento das Ferrovias, Fundo Nacional de Pavimentação, Fundo especial para substituição de ramais ferroviários deficitários, FMM e Fundo Portuário Nacional;

6 – 1962, “Outros Vinculados” → Inclui: Fundo Federal de Eletrificação, Imposto único sobre energia elétrica, Fundo de Renovação e melhoramento das ferrovias, Ágios de petróleo e derivados para pavimentação, Fundo de Renovação Patrimonial de Ferrovias, FMM, Taxa de Renovação da Marinha Mercante e Fundo Portuário Nacional;

7 – 1963 e 1964, “Outros Vinculados” → Inclui: Fundo Federal de Eletrificação, Imposto único sobre energia elétrica, Fundo de Renovação e melhoramento das ferrovias, Ágios de petróleo e derivados para pavimentação, Fundo de Renovação Patrimonial de Ferrovias, FMM, Taxa de Renovação da Marinha Mercante e Fundo Portuário Nacional;

8 – Item 2.1, “Cias. de Seguro” → Inclusive os recursos aplicados diretamente pelas Seguradoras (Lei 2.973/56);

9 – 1964, “Imposto de Renda” → Inclui os recursos decorrentes da arrecadação do adicional do imposto de renda;

10 – 1965, “Vinculados” → Inclui 12 bilhões de adiantamento do Tesouro Nacional a regularizar, recursos Fipeme, FINAME e Finep (totalizando Cr\$ 53.593 milhões) e os fundos citados na nota 7;

11 – 1967, item V, “Outros” → Dos quais cerca de 90% compreendem reembolso de avais honrados e recolhimentos devidos do imposto de renda (Lei 4.506/64);

12 – 1968, “FINAME” → Dos quais (51) NCr\$ 38,4 milhões de origem externa para o Fipeme;

13 – 1969, “FINAME” → Refere-se aos recursos creditados em conta, exceto os provenientes de empréstimos do BNDES;

14 – 1968, Item 4.3, “Financiamento externo” → Inclusive recursos para o Fipeme de origem externa de NCr\$ 22,6 milhões e para a Capes;

15 – 1966, Item IV, “Recursos Externos” → Inclusive recursos de contrapartida (AID/BNDE/Banco Central) no montante de Cr\$ 3,2 bilhões e de Cr\$ 7,2 bilhões em 1965 e 1966, respectivamente;

16 – 1970, “Outros vinculados” → Empréstimos externos vinculados ao Fipeme (Cr\$ 92,3 milhões), ao Funespe (Cr\$ 1,6 milhões) e ao Funtec (Cr\$ 800 mil) e outros (Cr\$ 6,0 milhões);

17 – 1982, “Outros vinculados” → BNH Turismo, Próalcool e Conserve;

18 – 1984 e 1985, “Outros vinculados” → Refere-se a Próalcool e Conserve;

19 – 1986, “Diversas” → Retorno de outros exercícios/Caraíba e Usimec Cz\$ 10.608 e “outros” Cz\$ 7.333,30;

20 – 1987, “Outros Vinculados” → Inclusive recursos do FND no valor de Cz\$ 34.360,00.

Referências Bibliográficas

ANDIMA. *Séries históricas: câmbio*. Rio de Janeiro: Andima, 1994.

BNDES. *Relatórios de Atividade 1952/1994*. Rio de Janeiro.

_____. BNDE: Origem, recursos, estrutura e funcionamento. *Revista do BNDES*, v. I, Rio de Janeiro, 1964.

BONELLI, Regis, PINHEIRO, Armando Castelar. O papel da poupança compulsória no financiamento do desenvolvimento: desafios para o BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 17-36, jun. 1994.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Top Books, 1994.

CASTRO, Nivalde. *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a pública*. Rio de Janeiro, 1985 (Tese apresentada no IEL/FEA/UFRJ).

VIANNA, Sérgio Besserman. *A política econômica do segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.